

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
GABINETE DO VEREADOR

Dagberto
PT **Reis**

Exmo. Sr.
Antonio Zenoir Davila
Pres. da Câmara de Vereadores
Santana do Livramento – RS

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Sant'Ana do Livramento, 13 de Janeiro de 2026.

O vereador Dagberto Reis, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio deste, solicitar a Prefeitura de Sant'Ana do Livramento - RS, através da secretaria correspondente, para que **encaminhe, com a maior brevidade possível, Projeto de Lei à Câmara Municipal**, autorizando os **pagamentos retroativos** referentes a **anuênio, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes de progressão e vantagens funcionais**, ao quadro de pessoal do Município, **conforme previsto na Lei Complementar nº 226, de 12 de janeiro de 2026.**

JUSTIFICATIVA

A **Lei Complementar nº 226, de 12 de janeiro de 2026**, restabeleceu e disciplinou direitos históricos dos servidores públicos municipais, dentre eles o anuênio, a licença-prêmio e outros mecanismos equivalentes de valorização do tempo de serviço, os quais haviam sido suspensos em razão das restrições impostas aos entes federativos que decretaram estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Entretanto, para que tais direitos sejam **plenamente efetivados**, faz-se necessário o **encaminhamento de Projeto de Lei autorizativo**, de iniciativa do Poder Executivo, que viabilize o **pagamento dos valores retroativos devidos**, garantindo segurança jurídica, respeito à legalidade orçamentária e observância aos princípios da administração pública.


A ausência dessa medida mantém os servidores municipais privados do **gozo efetivo de direitos já reconhecidos em lei**, o que afronta os princípios da **legalidade, moralidade, eficiência e valorização do serviço público**, além de gerar insegurança e legítima insatisfação no funcionalismo.

Destaca-se que o pagamento dos valores retroativos não se trata de concessão de novo benefício, mas sim da **regularização de direitos adquiridos**, fundamentais para a valorização do servidor e para a manutenção de um serviço público qualificado e comprometido com a população.

Diante disso, este Pedido de Providências busca assegurar que o Executivo Municipal adote as medidas legislativas necessárias, com a **urgência que o tema requer**, para que os servidores municipais possam, finalmente, **ter seus direitos reconhecidos e usufruídos de forma plena**.

Nestes Termos

Pede Deferimento


Dagberto Reis
Vereador (PT)